



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Aos 09 dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São Paulo, na Sala do Conselho da São Paulo Previdência, sito à Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 10 horas, conforme prévia convocação reuniu-se, ordinariamente, o referido Conselho. Presentes Dra. Mirna Ayres Issa Gonçalves, Presidente do Conselho, Conceição Aparecida Fileti Fraga, Vice-Presidente do Conselho, bem como os Conselheiros titulares Ana Cláudia de Oliveira Lopes, Carlos Eduardo Teixeira Braga, Carmen Lúcia Bin Mariano, Diógenes Francisco Marcelino, Eliezer Ribeiro da Costa, Francisco Assis Ferreira, Fábio Luis Engler Graner, José Maria Cancelliero, Levi Anastácio Félix, Renato Rodrigues Marquesim e Robson Bianchi. Ausentes, por motivos justificados, o Conselheiro titular Laércio Trevisan Junior, sendo substituído pelo seu Conselheiro suplente Djalma Santos Bovolenta. Presente, ainda, a Conselheira Suplente Maria Clara Paes Tobo e o Diretor Presidente em Exercício da SPPREV, o Dr. José Roberto de Moraes. A Presidente do Conselho declarou abertos os trabalhos da reunião, iniciando-se com a seguinte pauta: Relatos e comunicações do Presidente do Conselho ou dos Conselheiros inscritos; Relatos do Diretor Presidente da SPPREV; Apresentação sobre a Diretoria de Relacionamento com o Segurado; Apresentação do relatório da Comissão dos Royalties do Petróleo; Proposta de novo organograma da SPPREV; Análise e deliberação do Balancete de Junho de 2016. Em seguida, foram inscritos para falar os Conselheiros Diógenes Francisco Marcelino e o José Maria Cancelliero. Passada a palavra ao Conselheiro Diógenes Francisco Marcelino, este indagou sobre as tratativas com os funcionários da SPPREV, considerando a atual situação de contenção de despesas. O Diretor Presidente da SPPREV então esclareceu que o diálogo com os funcionários é constante, sendo que os mesmos já foram informados sobre a impossibilidade de reajuste neste ano. No entanto, o Diretor Presidente em exercício ressaltou os benefícios que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

autarquia tem oferecido aos funcionários, como plano de saúde, auxílio creche, auxílio Pós-Graduação, faltas abonadas, vale alimentação e vale refeição. Segundo informou Dr. José Roberto de Moraes, a AGEPREV fez convênio com o Sindicato dos Servidores Públicos, cujos representantes se admiraram da quantidade de benefícios concedidos aos servidores da casa. Nesse momento, o Diretor Presidente da SPPREV ao falar sobre a escassez de funcionários observa que o investimento em informatização tem contribuído para minimizar o problema, mas não tem sido suficiente para uma solução definitiva. Na sequência, explicou que o atendimento presencial da sede da SPPREV está prejudicado, uma vez que o contrato com a empresa que prestava esse serviço, recepcionando a documentação, chegou ao fim, razão pela qual realizou-se nova licitação, tendo comparecido ao certame público 5 (cinco) empresas interessadas. Entretanto, a primeira empresa classificada, que utiliza o sistema simples de tributação foi inabilitada, já que existe um Decreto Estadual que não admite o emprego de tal sistema para a terceirização de mão de obra. As duas empresas seguintes apresentaram preços inexequíveis e a quarta classificada, a atual prestadora do serviço, por ter acarretado inúmeros problemas durante o prazo contratual, está impedida de participar de licitação com o Estado pelo prazo de 02 (dois) anos, como uma das formas de sanção, além da multa que já lhe havia sido imposta anteriormente. Desta forma, prosseguiu o Diretor Presidente da SPPREV, restou apenas a quinta classificada, sendo necessário aguardar o cumprimento do prazo recursal para então contratá-la efetivamente. Enquanto essa contratação não se viabiliza, cada uma das Diretorias da SPPREV cedeu alguns funcionários, para auxiliar no atendimento presencial da sede, assim como a própria assessoria da Presidência, que está se revezando no auxílio ao serviço. Não bastasse toda essa situação, a greve dos Bancos tem aumentado a demanda de beneficiários na SPPREV que vêm até a sede a fim de realizar o cadastramento. Após, foi passada a palavra ao Conselheiro José Maria Cancellero que falou sobre o Fundo Imobiliário, solicitando a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

disponibilização ao Conselho do rol de imóveis que integrariam o referido Fundo. Depois, a palavra foi passada ao Diretor Presidente da SPPREV que, na oportunidade, ao tratar da nova licitação para a construção da sede da autarquia no imóvel localizado à Rua Vergueiro, comunicou que a empresa que participou da licitação anterior, está participando também da atual licitação, agora em consórcio com outra empresa. Entretanto, explicou, a SPPREV exigiu, para a habilitação das empresas, um determinado percentual de comprometimento do patrimônio. Ocorre que nenhuma das duas empresas que integram o consórcio atinge, individualmente, o índice exigido, que só é obtido se considerado o Grupo empresarial como um todo, o que motivou a submissão do assunto à Consultoria Jurídica para verificar tal situação. Ainda, o Diretor Presidente informou que, por ocasião da concorrência, algumas empresas alegaram que, segundo a Prefeitura, como o imóvel em questão tem uma declividade de 30%, haveria uma limitação para construir, de no máximo 08 (oito) andares o que, segundo referidas empresas, motivaria a suspensão da licitação. Dr. José Roberto de Moraes falou também sobre o pagamento das obrigações de pequeno valor da SPPREV, comunicando que o Governo do Estado de São Paulo concedeu um crédito suplementar para a Procuradoria Geral do Estado, a fim de que esta realize o pagamento dessas obrigações, assunto tratado, também, em reuniões anteriores deste conselho. Com isso, a SPPREV já está devolvendo o valor que foi bloqueado do IPESP e realizando o pagamento das obrigações de pequeno valor da SPPREV. Em seguida, o mesmo falou sobre a reunião do Conselho Nacional – CONAPREV, cujo tema principal foi a Reforma da Previdência, tendo sido muito discutida a questão da Previdência Complementar. Na oportunidade, reiterou-se a necessidade de adotar medidas para conter o déficit, principalmente no Regime Próprio de Previdência. O Conselheiro Renato Rodrigues Marquesim lembrando que, em reuniões passadas, falou-se a respeito de um projeto de lei que regulará as pensões do Regime Próprio de Previdência Social conforme as alterações já ocorridas no Regime Geral de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Previdência Social, questionou como está o assunto, ao que o Dr. José Roberto de Moraes esclareceu que tal questão está sendo analisada no âmbito da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda. O referido Conselheiro também quis saber quando foi realizado o último recenseamento pela SPPREV. O Diretor Presidente em Exercício da SPPREV informou que o recenseamento parcial ocorreu há 02 (dois) anos e o geral há mais de 06 (seis) anos, havendo previsão de que seja realizado novo recenseamento no ano que vem. Em seguida, o Diretor Presidente da SPPREV passou a falar sobre a proposta de novo organograma da SPPREV. Segundo explicou, a proposta, que ainda será encaminhada aos membros deste Conselho, não altera em nada as Supervisões já existentes e tem por finalidade apenas adequar a legislação ao que já existe de fato. Assim, Dr. José Roberto de Moraes falou que a Supervisão de Compensação Previdenciária deixa de integrar a estrutura da Diretoria de Benefícios – Servidores Públicos para incorporar-se a Diretoria de Administração e Finanças. Ainda, a Supervisão de Afastamento, que já integrava a Diretoria de Administração e Finanças, passa a ter previsão expressa nesse sentido, sendo que a Supervisão responsável por homologar a contagem de tempo de contribuição, que pertence à Diretoria de Benefícios – Servidores Públicos, agora passará a ser denominada de Supervisão de Homologação de Tempo de ex-Servidores. A minuta de Portaria ainda não foi finalizada e, para otimizar o tempo, o Diretor Presidente da SPPREV sugeriu a este Conselho que elegeesse um membro para ser o Relator do processo sobre o novo organograma da SPPREV. Desta forma, prosseguiu o Diretor Presidente da SPPREV, assim que finalizada a minuta, esta será imediatamente encaminhada ao Relator indicado e aos demais membros deste Conselho e, na próxima reunião, o Relator já apresentaria o seu relatório acerca da proposta, uma vez que a alteração nas estruturas da SPPREV é um assunto que deve ser analisado pelo Conselho. Ao deliberar sobre o assunto, o Conselho de Administração houve por bem indicar como Relatora do referido processo a Conselheira Ana Claudia de Oliveira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Lopes. Após, foram convidados a Diretora de Relacionamento com o Segurado, a senhora Maria Nunes Pires, juntamente com o Gerente de Tecnologia da Informação, o senhor Danilo Pereira Kerschbaum, o Gerente de Processamento e Recadastramento, o senhor Ricardo Datri e a Gerente de Relacionamento, a senhora Adriana Foltran Maragatto, para realizarem a apresentação sobre a Diretoria de Relacionamento com o Segurado. Desta forma, a Diretora de Relacionamento com o Segurado apresentou a estrutura de sua Diretoria, a qual é formada por uma célula de apoio integrada pela assessoria da Diretoria, três gerências (Gerência de Processamento e Recadastramento, Gerência de Tecnologia da Informação e Gerência de Relacionamento) e seis supervisões (Supervisão de Atendimento Presencial e Call Center, Supervisão de Suporte Regional, Supervisão de Atendimento no Escritório Regional, Supervisão de Processamento e Controle, Supervisão de Recadastramento de Beneficiários, Supervisão de Tecnologia da Informação). A senhora Maria Nunes Pires falou também sobre os desafios estratégicos da sua Diretoria, que consistem em: (i) *prestar atendimento de excelência aos beneficiários da SPPREV*; (ii) *aprimorar a Previdência Digital e o SIGEPREV-Sistema de Gestão Previdenciária*; (iii) *buscar constante inovação nos recursos de TI, garantindo eficiência nas atividades de cada área*. Na sequência, a Diretora de Relacionamento com o Segurado passou a falar sobre a Gerência de Relacionamento, apresentando um mapa com os escritórios regionais do interior para atendimento presencial dos beneficiários da SPPREV, totalizando 16 (dezesesseis) escritórios regionais, sendo que 06 (seis) desses escritórios estão instalados em espaços próprios da SPPREV, 05 (cinco) em Poupatempo, 03 (três) em imóveis alugados e 02 (dois) a título de colaboração. A senhora Maria Nunes Pires também esclareceu que em tais postos regionais trabalham 14 (quatorze) supervisores, 04 (quatro) analistas, 32 (trinta e dois) técnicos e 16 (dezesesseis) recepcionistas. Ainda sobre a Gerência de Relacionamento, foram expostos gráfico e relatório de atendimento presencial na sede, para o período de janeiro a outubro de 2015,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

bem como os dados do teleatendimento em outubro de 2015 e a gestão dos contratos da mencionada Gerência. Como desafios da Gerência de Relacionamento, foram abordados dois pontos: a obtenção de maior suporte das áreas de benefício e a redução da evasão de funcionários, o que acarreta em perda de conhecimento. As soluções previstas para os desafios apontados são: a criação de um núcleo de apoio e da Gratificação de Atendimento. Em seguida, falou-se sobre a Gerência de Processamento e Recadastramento, que é formada pela Supervisão de Processamento e Controle e Supervisão de Recadastramento de Beneficiários. A Supervisão de Processamento e Controle é responsável pela geração e manutenção da DIRF, pelo sistema de consignações, suporte das imagens dos processos físicos no sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, suporte interno e externo do SIGEPREV, pelo intercâmbio de dados e pela avaliação e resultado do produto folha. Já a Supervisão de Recadastramento de Beneficiários é responsável pelos recadastramentos domiciliar universitário, bem como pelo acompanhamento, ativação e suspensão de benefícios. Por ativação de benefícios, entendam-se as situações em que os aposentados ou pensionistas não se recadastraram, vindo a fazê-lo após o período previsto para tal. Nessa eventualidade, tais beneficiários terão o pagamento de seus benefícios reativados e se houver retroativos, estes também serão pagos. A senhora Maria Nunes Pires ainda falou sobre os contratos sob a responsabilidade da Gerência de Processamento e Recadastramento. Como desafios da referida Gerência foram apresentados: (i) *Auditoria de Folha: desenvolver uma auditoria do tipo integral, que envolva o exame de controles, processos e sistemas utilizados na folha de pagamento;* (ii) *Gestão de documentos: criar novo fluxo de trabalho e estrutura operacional, que permita gerir e controlar efetivamente o acervo documental físico e digital;* (iii) *SIGEPREV-Sistema de Gestão Previdenciária: aumentar o controle das demandas e a aderência dos desenvolvimentos e melhorias em relação ao planejamento estratégico da SPPREV.* Neste momento, o Conselheiro Renato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Rodrigues Marquesim solicitou maiores explicações sobre o Contrato com a empresa Atlantic Solutions, para manutenção do SIGEPREV. A Diretora de Relacionamento com o Segurado então esclareceu que foi constituída, por meio de Portaria, uma comissão consultiva de mudanças no SIGEPREV, integrada por representantes de cada Diretoria da SPPREV, para que sejam realizadas algumas melhorias no sistema, tendo em vista a geração de relatórios de acompanhamento. A Diretora de Relacionamento com o Segurado também esclareceu que com a implantação do sistema Validação de Tempo de Contribuição, verificou-se a necessidade de alterar o fluxo de aposentadoria existente, o que efetivamente aconteceu. Segundo a Diretora de Relacionamento com o Segurado, o contrato em questão está sendo analisado, existindo possibilidade de ser reduzido, quando de sua renovação. Depois, a senhora Maria Nunes Pires falou sobre a Gerência de Tecnologia da Informação, a qual é formada apenas pela Supervisão de Tecnologia da Informação. A Gerência de Tecnologia da Informação se responsabiliza por 750 (setecentos e cinquenta) estações de trabalho, 68 (sessenta e oito) servidores, 77 (setenta e sete) impressoras, 37 (trinta e sete) bancos de dados, 50 (cinquenta) sistemas e serviços e 55 (cinquenta e cinco) links e switches, 17 (dezessete) projetos, 19 (dezenove) contratos e aquisições, pelas redes e infraestrutura, pelo suporte técnico, pelo *Business Intelligence*, ou seja, por toda a manutenção de tecnologia da SPPREV. Por fim, a Diretora de Relacionamento com o Segurado também falou sobre os desafios desta Gerência consistente na disponibilidade da rede, sistemas, serviços e equipamentos, na integridade dos bancos de dados e arquivos eletrônicos, na segurança de rede e dados e na inovação de controles, tecnologias, serviços e soluções. As soluções a serem alcançadas consistem no investimento em capacitação e no aumento do quadro. Após, não havendo dúvidas sobre a apresentação, a Diretora de Relacionamento com o Segurado e os Gerentes se retiraram da reunião. Em seguida, passou-se à apresentação do relatório da Comissão dos Royalties do Petróleo. Neste momento, foi passada a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

palavra aos Conselheiros Carlos Eduardo Teixeira Braga e Renato Rodrigues Marquesim. Assim, o Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira explicou que com o advento da Lei Estadual 16.004/15, a SPPREV passou a receber, como receita, os valores dos royalties e das participações especiais, surgindo então a dúvida de como se daria a distribuição dessa receita entre os órgãos. Logo criou-se a presente comissão, formada por representantes deste Conselho para que, juntamente com a Coordenação de Administração Financeira – CAF, da Secretaria da Fazenda deliberassem sobre a melhor forma de distribuir esses valores entre os órgãos estaduais. Assim, o Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Braga, informou que, segundo a CAF, as receitas deveriam ser distribuídas entre os Poderes. A segunda proposta foi no sentido de se excluir a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Educação nessa distribuição, uma vez que já existe uma vinculação de receita constitucional. Segundo o Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira, a proposta da comissão consistiria em dividir os valores entre os Poderes, facultando à Diretoria da SPPREV a distribuição dos valores entre os órgãos pertencentes ao Poder Executivo. Nesse instante, o Diretor Presidente da SPPREV interveio, oportunidade em que esclareceu que a Diretoria Executiva da SPPREV não interfere na distribuição, dentro do Poder Executivo, dos valores dos royalties, atribuição que é da Secretaria da Fazenda. Outra opção cogitada foi no sentido de se realizar previamente a divisão, de acordo com o histórico da insuficiência de cada órgão do Poder Executivo. Para o Conselheiro Renato Rodrigues Marquesim, essa quarta sugestão parece ser a mais transparente, pois todas as Secretarias e órgãos já saberiam qual a previsão do recurso relativo aos royalties a eles destinados. O Conselheiro Fábio, concordando com o Conselheiro Renato Rodrigues Marquesim, afirmou que no caso das Universidades, a insuficiência não é informada para a Secretaria da Fazenda, mas sim para a SPPREV. Logo, a Secretaria da Fazenda não teria condições de fazer essa alocação percentual dos royalties para todos os órgãos, já que não teria acesso aos dados das Universidades. Dr. José Roberto de Moraes então



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

explicou que como é o SIAFEM que fornece essas informações, a partir do momento em que as Universidades estão inseridas no sistema, faculta à Secretaria da Fazenda a obtenção de tais informações. Nesse momento, o Conselheiro Levi Anastácio Félix sugeriu que referido estudo feito pela comissão fosse também analisado pela Diretoria de Administração e Finanças da SPPREV, no que todos os membros do Conselho de Administração concordaram. O Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira sugeriu, ainda, que a Secretaria da Fazenda também se manifestasse a respeito. Desta forma, a análise da referida questão ficou pautada para próxima reunião. Ao final, passou-se a análise e discussão sobre o Balancete de Junho de 2016. O Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Braga indagou se as insuficiências orçamentárias de determinados órgãos e entidades do Estado, para o repasse de verbas para SPPREV, apresentadas nas explicações do Balancete, afetam a execução orçamentária da autarquia previdenciária. Ou seja, considerando que os benefícios são efetivamente pagos aos segurados, se haveria um descasamento entre o desembolso financeiro e a efetivação da despesa orçamentária. O Dr. José Roberto de Moraes afirmou que quando há insuficiência orçamentária de algum órgão ou entidade do Estado, a Secretaria da Fazenda complementa o repasse orçamentário com recursos próprios, o que não gera qualquer prejuízo na execução orçamentária da SPPREV. Após o debate, esclarecidas as dúvidas e prestadas as devidas informações, o Balancete de Junho de 2016 foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar nesta oportunidade, a próxima reunião ordinária ficou agendada para o dia 07 de outubro de 2016. E, para constar, eu Paola S. Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

José Roberto de Moraes

Mirna Ayres Issa Gonçalves
Presidente do Conselho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Diretor Presidente em Exercício da
SPPREV

Conceição Aparecida Fileti Fraga
Vice-Presidente do Conselho

Ana Claudia de Oliveira Lopes
Sahd
Conselheira

Carlos Eduardo Teixeira
Conselheiro

Carmen Lúcia Bin Mariano,
Conselheira

Diógenes Francisco Marcelino
Conselheiro

Eliezer Ribeiro da Costa
Conselheiro

Francisco Assis Ferreira
Conselheiro

Fábio Luis Engler Graner
Conselheiro

José Maria Cancelliero
Conselheiro

Renato Rodrigues Marquesim
Conselheiro

Robson Bianchi
Conselheiro

Djalma Santos Bovolenta
Conselheiro Suplente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Levi Anastácio Félix
Conselheiro

Paola Spechoto Camargo
Secretária do Conselho